

LINHAS DE PESQUISA PARA A GEOGRAFIA URBANA NO BRASIL, UMA CONTRIBUIÇÃO

Fany Davidovich*

OBSERVAÇÕES PRELIMINARES

A proposta da edição temática da Revista Brasileira de Geografia - "*Organização Territorial. Desafios para o próximo milênio*" - representa um projeto estimulante, mas, por que não dizer, igualmente ousado. Afirmar essa que procede, quando se levam em conta as dificuldades de análises e de prognósticos que a complexidade do mundo de nossos dias impõe, submetido como está a mudanças rápidas de valores, de instituições, de espacialidades e a agudas contradições. Conjecturas de grande instabilidade e planos de curto prazo vêm pontuando o cenário internacional, fazendo situar, com cautela, previsões para o milênio que se aproxima.

O campo da teoria não poderia manter-se imune a esse processo; encontram-se em debate a sua crise e a superação de leis e de paradigmas conhecidos. Controvérsias levantam-se, inclusive, a respeito da ad-

missão de um único paradigma ou de uma pluralidade de paradigmas.

Questões concernentes à organização do território, eixo da mencionada edição da RBG, permitem ilustrar, de imediato, o teor de algumas preocupações conceituais entre posturas que consideram território e espaço como sinônimos e aquelas que sustentam uma distinção entre um e outro termo (Geiger, 1992); distinção essa que é posta em causa a partir da tendência de crescente internacionalização de "todos" os lugares, embora com formas e intensidades diferentes.

Sob tal enfoque, o território, concebido como um espaço de ocupação sedimentada e delimitado por práticas de apropriação e de consumo, de controle e de defesa, vem de ser afetado por uma nova espacialidade, desenvolvida pela exacerbação de interesses mundiais do capital. Tenderiam, assim, a perder representatividade os atributos tradicionais do território, progressivamente suplantados por um espaço dominado por fluxos e redes, no qual o vetor velocidade se torna crucial para as contingên-

*Geógrafa do Departamento de Geografia (DEGEO), da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

cias atuais do mercado. Tendências essas que não implicam necessariamente igualar território e espaço e que podem convergir para a formação de novos territórios e de novas territorialidades.

Nessa parte preliminar do trabalho, justifica-se introduzir, ainda que de maneira sucinta, aspectos que se referenciam à complexidade das questões envolvidas no presente tema.

Aspectos da Instabilidade do Contexto Mundial Contemporâneo

Sob tal enfoque reafirmam-se as dificuldades de uma interpretação atualizada do real, relacionadas, precisamente, à instabilidade que vem caracterizando o mundo de hoje.

Correndo o risco de simplificação excessiva, cabe aludir, de um lado, a posturas que tem suporte no processo contemporâneo de globalização econômica e política. Abreviadamente, são considerados como pontos importantes a posição hegemônica do capital financeiro, a atuação específica de grandes corporações transnacionais na globalização dos mercados e a de instituições como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial, a Organização das Nações Unidas na de nível político. Ênfase particular é emprestada a outros aspectos, entre os quais a expansão das redes de telecomunicações e de transporte, e o padrão *Global City*, que representa uma concentração geográfica mais acentuada do poder financeiro e econômico, enquanto base de operações da economia global.

A idéia de uma integração mundializada tem levado a interpretações que admitem a superação de economias autarquizadas e o obsolescimento de modelos de desenvolvimento nacional-estatizantes. Aprimazia do controle exercido pelos agentes financeiros sobre os destinos dos países, inclusive bloqueando veleidades de um desenvolvimento nacional autônomo. Alude-se, do mesmo modo, à progressiva eliminação do chamado Segundo Mundo (ou Semi-Periferias, de acordo com Wallerstein)¹, cuja expansão se deu particularmente a partir

dos anos 60: Brasil, México, Iraque, Índia, receberam substanciais investimentos de capital, logrando o desenvolvimento das forças produtivas e da modernização. Para aqueles países, tal modelo teria se esgotado em 1982, com a crise da dívida do México, que hoje se insere na controvertida Associação de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA), basicamente como distrito industrial de fornecimento de matérias primas e de mão-de-obra barata. Ainda sob este enfoque, questiona-se a distinção entre Primeiro Mundo e *outros mundos*: São Paulo e Sidney apresentam aspectos primeiromundistas, enquanto características de Terceiro Mundo são encontradas em Nova Iorque e em Londres.

A ação *homogeneizadora* do capital financeiro sobre o sistema mundial tem levado ao extremo de se admitir o *fim da geografia*, do mesmo modo que a superação em curso de tradicionais relações de trabalho e do papel do lucro (mais não da mais-valia) para o capital significaria o *fim da história*...

Ao contrário de uma indiferenciação de lugares, verificam-se tendências de fragmentação, tanto de territórios, como de mercados. Essas tendências são influenciadas por múltiplos fatores, entre os quais são apontadas a perda de coordenação e de regulamentação que tem se caracterizado em vários Estados, a pressão exercida por diferentes forças: movimentos sociais locais, resistências de natureza étnica e religiosa, interesses privados de cunho corporativo e regional, ação de grandes empresas nacionais e internacionais, e assim por diante. Forças essas, algumas das quais no dizer de Subirats (1993) seriam representação de retrocessos e de irracionalidades, como o neonazismo, o neofascismo e o fanatismo de seitas. Mas vale também acrescentar a diferenciação de lugares que decorre da própria diversidade de inserção no meio técnico, científico e informacional, como tem assinalado M. Santos, o que faz ressaltar a interferência de resistências ou de receptividades locais.

Relevo particular é, portanto, atribuído à escala local: quer como espaço de interesses do cotidiano, referenciados ao trabalho, à moradia, ao lazer, a laços históricos,

¹Wallerstein, apud Becker e Egler, 1993, (vide bibliografia).

culturais e vizinhança; quer como *locus* de disputa pela articulação com grandes circuitos de processamento e de mercado, através de acesso a redes informatizadas.

Mas é preciso, mais uma vez, salientar a velocidade das transformações econômicas, políticas e sociais em curso e as instabilidades decorrentes. Não por acaso certas correntes de pensamento mostram ceticismo quanto a previsões de reestruturação da economia e a expectativas de retomada de acumulação. Expectativas essas que se apoiam, basicamente, na capacidade de recuperação que a economia dos Estados Unidos tem demonstrado ao longo do século 20. Argumentos críticos levam em conta a duração sem precedentes da crise contemporânea, as dificuldades do Estado e os termos exacerbados da competitividade atual.

Com efeito, a globalização da economia, assumida como uma decorrência da revolução tecnológica, parece tornar irreversível a transnacionalização da produção, o que implica a necessidade de parcerias, *joint ventures* e outras formas de contrato, capazes de assegurar o intercâmbio e o controle tecnológico. Este processo implica, porém, seletividade de sócios, tendendo, portanto, a marginalizar grande parte do planeta, a acentuar a polarização da riqueza e a ameaçar de ruptura o tecido social em muitas regiões.

Mais um complicador é representado, porém, pela relevância que vem assumindo o papel dos fundos públicos capaz de afetar a atuação do capital financeiro, em seus moldes atuais. A disputa pela apropriação desses fundos configuraria a *publicização* da luta de classes, agora não mais restrita ao âmbito do setor privado (Oliveira, F., 1992). Colocaria também em pauta problemas novos de gestão que, em tese, podem convergir para ações coletivas efetivas. Exemplo significativo é representado, no Brasil, pela intervenção da Previdência em oito fundos de pensão (novembro, 1993), entre os quais o da Light, o da Telebrás, o das Centrais Elétricas do Pará e outros, como decorrência de infrações relacionadas ao comprometimento patrimonial e ao descumprimento de resoluções fixadas pelo Conselho Monetário Nacional. Mas essa intervenção visa, basicamente, ao controle de transferências indevidas de di-

neheiro, que tem sustentado trocas de favores em torno da coisa pública.

Importa, contudo, salientar que o processo de globalização/fragmentação em curso está associado à irreversibilidade da urbanização numa escala planetária. Assume-se, deste modo, que o urbano representa um dado crucial das transformações da sociedade de nossos dias, idéia essa que respalda a proposta do presente texto.

Uma questão que se impõe diz respeito à maneira pela qual o Brasil, país cada vez mais urbano, se insere nesse contexto.

Aspectos da Inserção do Brasil no Contexto Mundial da Atualidade

Considerar que pesquisas específicas se fazem necessárias para a análise e interpretação de tais questões, dada a complexidade que envolvem, não impede que algumas colocações sejam levantadas.

Uma situação nova emerge, certamente, do esgotamento de um modelo de crescimento calcado em determinado grau de internacionalização da economia, no papel decisivo que o Estado exerceu em apoio à acumulação privada, com base no endividamento externo, no limitado acesso das massas a padrões modernos de produção e de consumo, e na grande exclusão dos menos favorecidos quanto a serviços e bens e a uma efetiva participação política. O legado da modernização autoritária viu-se severamente afetado pela recessão econômica, que cunhou os anos 80 como a década perdida. A estagnação da economia remeteu à imagem de um Estado imobilizado pela falta de recursos e por pressões sociais crescentes, pela prevalência de interesses corporativos e de resistências de elites a uma ação efetiva para a retomada do crescimento. Resistências essas que tanto envolvem oligarquias regionais tradicionais, como indústrias cartelizadas de São Paulo.

Correntes de opinião principalmente de matiz neoliberal denunciam que o Brasil não tem se capacitado para atrair aspectos positivos da globalização. Alude-se, como exemplo, aos esforços que países do antigo bloco socialista desenvolvem para conquistar investimentos do ocidente, admitindo, inclusive, a superação do tabu nacionalista do petróleo, como vem ocorren-

do na Rússia, no Cazaquistão e na China Comunista. Barreiras no Brasil são consideradas, entre outras, no peso das resistências de defesa do patrimônio público que, não raro, estariam mascarando interesses corporativos e rendimentos privilegiados. Ou, ainda, num estatismo ultrapassado que, do mesmo modo que em outros países, tem se constituído em fonte de déficits e de corrupção, de falência na condução da coisa pública.

De acordo com o Fórum Econômico Mundial e o Instituto Internacional de Desenvolvimento, o Brasil perdeu posições no mercado mundial, partindo de um critério de internacionalização, que se reporta a níveis de protecionismo, a investimentos e a comércio. Essa perda envolve queda na preferência de investimentos estrangeiros, através da qual o país foi deslocado de um oitavo lugar, em 1989, para o 14º lugar em 1992. Comprova-se, assim, o declínio no desempenho da economia, na credibilidade do governo e na qualificação da infraestrutura.

É, pois, com um quadro econômico e social adverso que o Brasil deve enfrentar os rumos atuais de uma economia globalizada. Esse quadro inclui as pressões que o país sofre com o atrelamento ao circuito financeiro, agenciado, principalmente, pelo Banco Mundial, pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento e pelo Fundo Monetário Internacional.

Outros complicadores devem ser igualmente considerados. Já, antes, aludiu-se a imperativos de competitividade crescente, determinados pela dinâmica da transnacionalização. Em seu bojo, constata-se a exclusão de países ao acesso a tecnologias de ponta e aos recursos científicos das áreas mais desenvolvidas do planeta, bem como aos circuitos internacionais do comércio. Parece suficiente lembrar que mais de 60% desse intercâmbio se concentram nas relações entre Estados Unidos, Japão e Alemanha. Vale, ademais, igualmente lembrar os percalços que o Brasil deve enfrentar ante as injunções da reconversão produtiva e de sucateamento de alguns setores industriais, percalços esses que, no presente, já apontam para obsolescências.

Mudanças que se detectam na sociedade brasileira fazem questionar até que ponto representam sintomas de desestrutur-

ção da organização econômica, política e social vigente.

A questão do desemprego assume caráter particular, na medida que vem sendo associada a ganhos de produtividade, registrados em alguns setores da indústria, a partir de 1989. Processos de trabalho adaptados a tecnologias avançadas implicam exigência de pessoal com formação polivalente e com elevado nível de escolaridade, o que redundará em restrição de emprego. Formam-se, assim, pelo menos duas tendências: seja a da marginalização da mão-de-obra desqualificada ou de baixa especialização, seja a do crescimento de uma terceirização de nível inferior, que absorve trabalhadores demitidos em setores não essenciais, na contratação de serviços a terceiros, implicando condições desfavoráveis de trabalho e de renda.

O chamado Índice de Precarização do Mercado de Trabalho (Jornal do Brasil, 1993), revela que, em 1992, empregados sem carteira assinada, somados ao pessoal de conta própria, representavam mais de 48% da população economicamente ativa; em 1990, o percentual foi de 37%.

Movimentos de arregimentação externa da mão-de-obra dispensada vem se expandindo, no presente, sustentados por organizações supranacionais, sediadas em vários países. Tal processo de *diáspora*, que também se verifica em outras partes do mundo, tem dado suporte a *invasões* de brasileiros desempregados, no exterior. Vale lembrar os incidentes diplomáticos ocorridos com Portugal e os novos problemas que essa mobilização cria para a representação oficial do Brasil nos países hospedeiros, implicando onerosa multiplicação do número de agências, destinadas a atender interesses dos migrantes que lá procuram estabelecer-se.

Menção particular merece, por sua vez, o problema da pobreza, que tem assumido proporções alarmantes no mundo de hoje, constituindo um tema constante em discursos políticos da atualidade. Discriminação necessária se impõe, porém, entre pobreza e miséria, inclusive pelas diferentes implicações políticas e sociais que apresentam. A situação de miséria pode ser presumivelmente concebida como recuperação social quase inviável, e que tem convergido, perversamente, para *soluções* genocidas, ilustradas à larga por populações condena-

das à fome, em vários continentes. Já a pobreza detém um potencial político e de mercado, apresentando-se como uma causa disputada por diferentes agentes. Com efeito, o discurso, centrado no problema, tem envolvido a Igreja, campanhas cívicas, o governo central que defende a mobilização do setor militar para este fim, além de organizações não-governamentais.

A alusão aos militares faz considerar o sentido de mudança que também pode ser aferido através da situação presente daquele setor. Como se sabe, a supressão da Guerra Fria imprimiu-lhe novas contingências. Na França, por exemplo, estatísticas revelam crescente diminuição de gastos e de efetivos, o que vem ocorrendo, também, em outros países. Na América Latina, o Brasil tem mantido a mesma participação de dispêndios militares no PIB, entre 1985 e 1991, ao contrário da redução crescente que se verifica na Argentina, Chile, México, Peru e Cuba. As três armas reúnem, assim, cerca de 300 mil indivíduos, excesso que não encontraria justificativa, mesmo com o montante da população brasileira, com a variedade de fronteiras e com o imperativo de ocupação da Amazônia. Tal contingente torna difícil o equacionamento da questão salarial, reivindicada por oficiais militares. Diversas medidas têm sido cogitadas, visando a redução dos efetivos; basta mencionar a que sugere limitar suas funções a políticas de segurança externa, descartando atuações na política interna.

Justifica-se, deste modo, a proposta de recuperação da função de defesa do território nacional, resgatando, por exemplo, o projeto Calha Norte, paralisado há algum tempo. Não é demais, além disso, lembrar o papel que se tem delegado, atualmente, às Forças Armadas para erguer barreiras contra migrações indesejadas; basta mencionar os exemplos da militarização de Gibraltar, visando a impedir o fluxo de africanos para a Europa, e o da reação contra haitianos, movida pelo governo dos Estados Unidos.

Voltando à questão da pobreza, esta merece ser, portanto, apreciada sob um duplo aspecto: de um lado, tende a ser assumida como mercado potencial e como objetivo político; de outro lado, é assumida como presença indesejada em países e regiões, preocupados em salvaguardar a qualidade de vida e a preservação de níveis salariais,

reagindo a uma situação de recursos escassos.

É preciso, ainda, considerar que jamais a pobreza foi tão mensurada e dimensionada, como no presente. Torna-se, assim, possível verificar que, em onze anos, a renda dos brasileiros declinou em 31,7% (1979 a 1990); o número de contribuintes do imposto de renda decresceu de 56,6% para 51,6%. Calcula-se, ainda, que a indigência reúne 32 milhões de pessoas, englobando todas as faixas etárias (IPEA, 1993).

Além desses aspectos, cabe também menção a mudanças que se referem à crescente ingerência internacional e que afetam soberanias nacionais. São entendidas como tais as preocupações ecológicas e com os destinos da Amazônia, as de controle de artefatos nucleares, a par de ações de polícia, relativas ao narcotráfico, aos recursos energéticos, à corrupção e assim por diante.

Em resumo, o que está sendo posto em causa é até que ponto a crise vai se constituir em trampolim para a reestruturação da economia e da sociedade, *tout court*, reeditando uma trajetória de certo modo esperada. Expectativas positivas derivam da viabilidade de tal proposição, a partir da idéia da gestação do novo que deve suceder ao caos. Posturas de cunho pessimista remetem, porém, à possibilidade de consequências ainda ignoradas não só para o Brasil, como para países e regiões, em geral. Acresce que uma retomada da acumulação, enquanto eixo do processo de reestruturação da economia, pode se tornar extremamente restrita, até mesmo com respeito aos países centrais. De outra parte, pressões sociais agudas deverão acentuar os problemas das periferias e das semiperiferias, através do agravamento da especulação financeira, da escassez e da desorganização de economias nacionais, nas quais a modernização deverá limitar-se a um ou outro enclave do território.

A apresentação dessas observações preliminares pretende servir de moldura à proposta de linhas de pesquisa para a geografia urbana no Brasil. Apesar das dificuldades de análise e de conhecimento atualizado, considera-se a possibilidade do desafio que representa para o pesquisador geógrafo. Não é preciso insistir sobre a necessidade de capacitação específica e su-

ficientemente adestrada para acompanhar o ritmo das transformações da sociedade, e sobre o imperativo do apoio de processos técnicos adequados a operações cada vez mais expeditas.

A análise transdisciplinar adquire relevância inquestionável, como via de abordagem, sob a forma de questões, e não de partes estanques e compartimentadas. Mas é preciso ressaltar, também, que a qualificação exigida do pesquisador deve aparelhá-lo para distinguir um processo que se caracteriza por mudanças rápidas, bem como definir, a cada momento, os fatores dominantes, no que avulta a importância da dimensão espacial. Dimensão essa que se impõe como variável da diferenciação, ante as injunções de um tempo crescentemente instantâneo e *homogeneizador*.

Um tópico adicional será ainda introduzido nessa parte preliminar do trabalho, visando a uma revisão sumária dos estudos urbanos realizados na área de geografia do IBGE.

Situação Presente dos Estudos Urbanos na Área de Geografia do IBGE

A referência diz respeito à produção do Departamento de Geografia daquela instituição. Não se trata, portanto, de um levantamento exaustivo, que encontra, porém, justificativa no acervo de pesquisa urbana acumulado no referido setor e difundido através de meios próprios de divulgação: a Revista Brasileira de Geografia, os Atlas Nacionais e Regionais, a obra Geografia do Brasil, além de livros e manuais, de que são exemplos recentes o "*Diagnóstico Brasil*", "*Brasil, uma visão geográfica nos anos 80*". "Geografia e Questão Ambiental no Brasil". Todos eles contêm artigos, textos e capítulos acerca do fato urbano no Brasil.

Tal acervo remonta à década de 40, já que, desde então, a área de geografia do IBGE tem se dedicado ao tema em questão, através de distintos enfoques e correntes de pensamento, abrigando não só a produção elaborada por técnicos da instituição, como a de profissionais de outros órgãos e de disciplinas afins.

No presente, o estudo urbano mantém-se como um dos eixos de trabalho no Departamento de Geografia, de maneira mais

limitada, porém. Entre os fatores principais dessa retração, vale distinguir:

- a eliminação de uma Política Urbana Nacional que se fez, *pari passu*, à extinção do Banco Nacional de Habitação (BNH) e dos sucessivos ministérios vinculados à questão, a que se acrescentou a desativação da Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana (CNPU) e sua substituição por um pouco atuante Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano (CNDU). Medidas essas que, no IBGE, afetaram a pesquisa urbana ligada à esfera federal, e que culminaram com a delegação da execução de uma política urbana a estados e municípios, sacramentada pela nova Constituição;

- a atuação específica das universidades, a partir dos anos 70, cobrindo diferentes aspectos da questão urbana no País;

- o comprometimento do Departamento de Geografia com temas diversificados, compreendendo estudos de estados e municípios, o diagnóstico ecológico-econômico da Amazônia, análises da gestão do território e outros.

No presente, constata-se que as linhas básicas da pesquisa urbana, naquela área do IBGE, mantêm continuidade com eixos temáticos que tiveram maior representatividade a partir da segunda metade da década de 60 até o final dos anos 70. Período esse de grande mobilização dos estudos urbanos, quando, *pari passu* ao incremento da população urbana e ao crescimento econômico do País, a geografia se orientava para a afirmação de uma postura científica, buscando definir leis e possibilidades de prognósticos, com apoio na linguagem matemática. Deixando de lado o uso exagerado de sofisticadas técnicas quantitativas, os trabalhos atuais podem ser avaliados como uma extensão dos temas principais daquele período. Referem-se sobretudo:

- a estudos de centralidade que fundamentam a identificação de redes urbanas no território nacional e a revisão decenal das chamadas Regiões Funcionais Urbanas, hoje designadas de Regiões de Influência de Cidades;

- a agregados especiais, cuja definição teve início com a de regiões metropolitanas, prosseguindo com a delimitação de

outros tipos de aglomerações urbanas no País;

- ao papel dirigente das metrópoles brasileiras, referenciado à análise de assalariados delas dependentes em diferentes pontos do território nacional.

Incursões esporádicas têm se registrado nos temas de pobreza urbana, favelas, setor imobiliário e movimentos sociais, mas foram relegados os estudos monográficos de cidades, portos e centros industriais. Pesquisas urbanas mais recentes recuperam articulações com a esfera oficial, a exemplo dos estudos sobre o Entorno do Distrito Federal e o Aglomerado de Goiânia, firmados em convênio com o Estado de Goiás. Referem-se, também, à vertente política da geografia, concretizada através do Laboratório de Gestão do Território (Laget).

Grande parte dos trabalhos reporta-se ao nível nacional ou macrorregional. Sublinha-se, assim, sua importância para a comparabilidade entre as diferentes partes do território. Vale, ainda, notar que se os primeiros estudos de centralidade envolviam a proposta de subsidiar políticas de *homogeneização* do espaço nacional, definindo hierarquias e pontos de controle, por outro lado, eles contribuem para questionar a organização de um sistema *equilibrado* de cidades, com a distribuição de renda que tem vigido no Brasil.

O levantamento de novas linhas de pesquisa para a geografia urbana no país deve ser visto como um ensaio de compatibilização da análise com transformações em curso na sociedade. O trecho a seguir visa a atender, ao menos parcialmente a esses propósitos, já que não tem a pretensão de cobrir todas as questões preliminarmente apontadas.

LINHAS DE PESQUISA PARA A GEOGRAFIA URBANA NO BRASIL

A "Contextualização" do Urbano

A proposta em questão parte da premissa de que os centros urbanos se inserem em diferentes contextos que se desenvolvem no País. Idéia essa que tem respaldo

em novas situações geradas pelas esferas econômica, política e social, sob o processo dominante da urbanização. Admite-se que um novo espaço urbano tende a elaborar-se, superando ou superpondo-se a estruturas preexistentes.

A representação concreta dos contextos da urbanização remete a conjuntos de cidades submetidas a um encadeamento, conduzido por uma determinada *lógica* ou por um *motor* específico. Elos e inter-relações são desenvolvidos por políticas e interesses hegemônicos num dado tempo e num dado espaço, dando suporte a certas formas de conexão, que tendem a desenharem novas conformações no espaço urbano. Tal concepção não implica, necessariamente, contiguidade física; centros dispersos podem compartilhar de um mesmo contexto, submentendo-se a efeitos de ações que, por vezes, incidem, diretamente, apenas em uma das cidades. Vale apontar, como exemplos, o encadeamento provocado pela aplicação de impostos indiretos sobre um determinado setor industrial ou agrícola; ou aquele deslançado por uma situação de crise, que se abate sobre toda uma região, como no caso do cacau.

A presente proposta restringe-se a alguns "*cortes*", privilegiando o sentido de "*horizontalidade*" de que nos fala M. Santos (1992).

Primeiro, deve ser assinalado o grau de generalização assumido, já que se reporta ao nível nacional, ou seja, ao Brasil como escala de análise. Uma segunda colocação diz sucintamente respeito aos "*cortes*" que se está considerando na identificação de contextos da urbanização: alude-se, basicamente, à política de exportação, que foi até recente data favorecida por financiamentos especiais, facilidades de crédito e de subsídios, e taxas de câmbio atualizadas; alude-se, também, à política de descentralização, a qual, consagrada pela Constituição de 1988, tem sido correntemente interpretada como expressão de conquistas democráticas, que vigem, contudo, numa situação de crise e de recessão prolongadas; outros cortes dizem respeito à metrópole, enquanto palco de grandes mudanças nas áreas econômica, política e social, e ainda ao projeto de integração intercontinental representado pelo Mercado Comum do Cone Sul (Mercosul), bem

como aos complexos amazônico e do Nordeste.

A proposta não se esgota nessa apresentação, tampouco se aplica à totalidade do território nacional, o que, aliás, encontra justificativa nas descontinuidades que têm caracterizado processos produtivos, políticos e espaciais. Sob tal enfoque levanta-se como questão a permanência de um "sistema urbano brasileiro", concebido como um todo, ou seja, até que ponto estaria submetido um processo de fragmentação, decorrente de diferentes contextos da urbanização. Processo esse que se alia a outras tantas escalas de fragmentação do território, referenciadas quer ao nível espacial, quer ao político e ao social; é possível, assim, aludir a políticas urbanas social e territorialmente excludentes, identificadas na formação de "redutos de classe média" (Davidovich, 1991); ou às veleidades separatistas de uma República Federativa do Pampa e de grupos universitários do Nordeste; é possível aludir, também, aos confrontos entre os que defendem a manutenção do *status quo*, assegurado pelo pacto de "equilíbrio político" e os que defendem a legitimidade da representatividade do poder econômico; ou remeter, ainda, ao conflito entre paulistanos e nordestinos na metrópole, além de outras pressões de cunho político e territorial. Cabe, contudo, assinalar que a fragmentação em curso não se dissocia de uma "lógica" de integração, sustentada, particularmente, pela extensão de redes telemáticas e informatizadas, que são um marco da globalização dos mercados, mas que não contemplam todas as partes do território nacional.

As considerações acima introduzem à identificação do que se está assumindo como contextos da urbanização.

Os Contextos da Urbanização

a) Uma primeira menção cabe ao contexto acionado por interesses da Exportação, que defendem a inserção do país na chamada "era do comércio", configurado como um vetor da competitividade internacional.

Com efeito, a agressividade na abertura para o mercado externo tem se convertido numa das principais tônicas das diretrizes econômicas de diferentes países. Nos Estados Unidos, a exportação é assumida como mola propulsora da retomada da ex-

pansão industrial, perfazendo participação superior a 70% no crescimento da economia e pagamento de salários das indústrias do setor superior em 12% ao das demais. No Japão e nos *tigres asiáticos*, essa política foi internalizada pela sociedade, através da imagem que lhe é atribuída como propulsora do crescimento econômico e elevação da qualidade de vida da população. Por sua vez, a China exibiu extraordinária *performance* naquela que foi a década perdida para tantos países, com o mais elevado índice mundial de exportação, de 12% ao ano. Na América Latina, Argentina e Chile têm sobressaído na apresentação de planos nacionais de abertura para o mercado externo, constituída em fator de reaquecimento da economia.

Em termos do contexto da urbanização em pauta, a pesquisa na geografia urbana deve, certamente, levar em conta a situação dos centros direta ou indiretamente envolvidos com políticas de exportação. Basicamente, cabe distinguir os portos e as cidades de sua retroárea, compreendendo tanto as que balizam as vias de escoamento ou as chamadas "artérias de desenvolvimento" (termo que substitui o de corredores de exportação), seja as que se reportam às zonas de produção. Esse contexto da urbanização permite evocar a imagem de uma nova linha de fronteira, que advém, precisamente, de injunções decorrentes do porte adquirido pelo comércio internacional. Fronteira essa, na qual, a fachada portuária representa o contato direto com o mundo externo.

Com respeito aos portos, a análise deve, seguramente, levar em conta o impacto de recentes medidas de modernização. A nova legislação propõe-se a atender a imperativos de redução de custos e de superação de embaraços causados por perdas de velocidade. Vale mencionar, por exemplo, que a tonelada exportada de produtos siderúrgicos apresenta preços mais elevados em portos brasileiros do que nos da Argentina (nestes, o valor tem variado de 4,5 a 5 dólares, enquanto no Espírito Santo, onde se encontram os terminais mais especializados, da Companhia Vale do Rio Doce, a tonelada registra 12 dólares). E, no Brasil, essa exportação é mais barata nos portos capixabas do que nos do Rio de Janeiro (entre 15 e 20 dólares) e de Santos (32 dólares a tonelada).

Coloca-se, portanto, como questão até que ponto vão se diferenciar procedimentos e operações entre portos controlados pela União e aqueles de exploração privada, a partir de concessões advindas de licitações do Ministério dos Transportes. Com respeito aos primeiros - Belém, Itaqui, Fortaleza, Salvador, Vitória, Praia Mole, Rio de Janeiro, Sepetiba e Santos - a introdução de inovações deverá implicar várias medidas. Cabe assinalar, por exemplo, as que se referem à alteração de funções, atendendo à transição que se faz necessária entre a prevalência até agora vigente de atividades de importação e o privilégio que está sendo conferido à exportação. Por sua vez, a busca de menores custos tem representado fator relevante nesse particular, animando, inclusive, o aumento de competição entre portos brasileiros. Veja-se, como exemplo, a disputa entre Santos (SP), Vitória (ES) e Paranaguá (PR), pelo embarque da soja dos cerrados. Ou a competição do porto do Rio Grande (RS) com Imbituba e Itajaí (SC), que lograram custos mais baixos para a exportação de calçados. É possível admitir, também, que portos públicos tradicionais deverão submeter-se a obras vultosas visando garantia contra a alienação de cargas em prol de terminais privados. Com efeito, crescem as vantagens daqueles menos sujeitos a congestionamentos, o que rebate, negativamente, nos aparelhos portuários de grandes aglomerações urbanas. Ganham, ainda, preferência os portos situados junto a águas profundas, que dispensam custosas obras de dragagem e que atendem aos requisitos de embarcações de maior porte; criam-se, assim, perspectivas mais favoráveis para Sepetiba (RJ), São Sebastião (SP) ou Suape (PE).

Portos públicos tradicionais enfrentam o imperativo de adequação à crescente competitividade privada, na busca de eficiência a fim de evitar perdas de cargas. Tornam-se, portanto, necessárias operações de dragagem e de construção de pátios ferroviários alternativos, destinados ao chamado "tiro direto", que visa, precisamente, a diminuir o tempo consumido em diferentes manobras. O *lay-out* do porto do Rio de Janeiro, por exemplo, data de 1910, o que cria o imperativo de abastecê-lo por um sistema de *feeder-service*. Além dos objetivos de aliar funcionalidade e modernização em

tais portos, cogita-se de aparelhá-los para atender a funções turísticas e culturais, como está previsto para Recife, Santos e Rio de Janeiro.

A flexibilidade de adaptação a normas e regras que derivam da nova legislação, ao sistema de trabalho e de movimentação de cargas para terceiros, representa certamente, um trunfo para a expansão de terminais privados no país. Com efeito, diretrizes oficiais de privatização, através de contratos de concessão devem consolidar-se com a liberação de 71 portos marítimos e fluviais existentes no país. Escapando à ocorrência de greves e de operações tartaruga, esse processo tem-se respaldado na garantia de menores custos e de produtividade crescente, além de convergir para novas formas de gestão.

Nelas se incluem associações e parcerias entre empresa estatal e grupos privados, entre governo estadual e municipal com armadores nacionais e estrangeiros. Vejam-se os exemplos da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), da Rede Ferroviária Federal, com as empresas Ceval e Richco para o embarque da soja procedente do interior do país; na verdade, essa associação estende-se a um *pool* de sete empresas nacionais e estrangeiras, representadas pela Cebragel Cerrado do Brasil. Tal conjugação de esforços orienta-se para a exportação crescente de soja e farelo, produzidos em Goiás, Mato Grosso e Tocantins, e para a construção de silos no porto de Tubarão (ES), tendo como objetivo a redução das taxas de operação de embarque, o que já representa 50% a menos do que os custos em Santos e em Paranaguá.

Outros exemplos de gestão podem ser apontados. Veja-se o do complexo portuário de Suape, ao sul do Recife, que atua em movimentos de exportação, e de importação e que reúne armadores estrangeiros e nacionais, além da esfera governamental. Apesar de avanços e recuos, o processo de modernização de portos tende, claramente, a estimular a participação crescente da iniciativa privada, incentivando a criação de quadros institucionais que visam a ação conjugada de empresários e trabalhadores, ou a ação empresarial integrada, além da cooperação de estados e municípios, formas essas que se desenvolvem com a eliminação da centralização que era exercida pela Portobrás, e com o enfraque-

cimento do movimento sindical. Vale, assim, fazer menção ao Fundo de Desenvolvimento de Atividades Portuárias, criado pelo governo do Espírito Santo, com vistas à expansão da economia estadual, implicando concessão de créditos e de prêmios às empresas envolvidas na exportação/importação. Por sua vez, a Conferência Scatrade Riomar, realizada no Rio de Janeiro, em fins de 93, e promovida pela Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), atribuiu particular ênfase ao imperativo de diminuir a carga tributária das exportações, e de modificar a legislação pertinente, visando a assegurar a competitividade do setor, internamente e no exterior. Cabe, além disso, aludir ao consórcio formado por empresas de navegação do porto do Rio Grande e o Sindicato dos Fumageiros (Contecon), no Rio Grande do Sul, que logrou estabelecer regras para substanciais descontos no embarque do produto, o qual representava, junto aos calçados, cerca de 80% das exportações daquele porto.

Visa-se, com tal política, recuperar clientes (como no caso dos calçados) e expandir as operações para outras indústrias, a do vinho e a de móveis, principalmente. Veja-se, ainda, a criação em curso de órgãos gestores de mão-de-obra, que visam a equacionar o espinhoso problema de contratação de trabalhadores avulsos.

Objetivos de competitividade também estão presentes em planos do Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal, concebidos como instrumentos da emancipação econômica da região. O desenvolvimento, em termos de sustentabilidade, é apresentado como única alternativa para o combate ao narcotráfico e a atividades poluidoras, colocando-se como base concreta de negociações para aportes externos e para tarifas favoráveis à exportação de produtos amazônicos.

Mas, as medidas de modernização que rebatem no aparelho portuário do país, tem certamente, outros efeitos. Alude-se, por exemplo, a perspectivas de recuperação da indústria naval e à formação de parcerias entre portos, articuladas a obras de infra-estrutura, localizadas em pontos estratégicos ao longo do percurso das mercadorias. Associadas ao processo de privatização, diretrizes para obtenção de menores custos envolvem planos de investimento em melhorias materiais, que incluem a con-

jugação rodoferroviária e navegação marítima.

Tais colocações introduzem à configuração urbana da retroárea dos portos, igualmente referenciada à otimização de recursos e de custos. Esta é, por exemplo, a proposta do Corredor Centro-Leste, concebido como via de otimização para o transporte de cargas, envolvendo Mato Grosso, Goiás, Mato Grosso do Sul, Distrito Federal, Tocantins, Minas Gerais e Espírito Santo, e aquele consórcio, já mencionado, de empresas exportadoras. Projetos de expansão rodoferroviária, associada ao aparelho portuário, visam, precisamente, a consolidar as chamadas "*artérias de desenvolvimento*", com participação da iniciativa privada, inclusive estrangeira. Como se sabe, o Ministério dos Transportes tem em mira a preparação de licitações para a concessão de 7.500 km de estradas ao setor privado.

O contexto urbano da exportação implica, portanto, a recuperação e ampliação do ambiente construído, que envolve a socialização urbana do espaço. No Rio Grande do Sul, por exemplo, o transporte de grãos estimula um maior aproveitamento da hidrovia, como recurso mais econômico do que a rodovia. Proposta essa que conta com o incentivo da Federação das Associações Comerciais do Estado, apoiada em pesquisas específicas. No Paraná, a Ferroeste visa a expandir o movimento portuário de Paranaguá, mediante o escoamento da produção desde o Paraguai e o Mato Grosso do Sul. Por sua vez, o grupo Itamaraty sustenta a construção de uma extensa ferrovia entre Cuiabá (MT) e São Paulo, com ramificações para o Triângulo Mineiro, afirmando, deste modo, o papel da estrada de ferro na estruturação de retroáreas do aparelho portuário do país.

Mais uma vez, cabe aludir às iniciativas da Companhia Vale do Rio Doce, neste sentido. Em Minas Gerais, por exemplo, junto ao Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, ela engajou-se no Programa de Mobilização Comunitária para o Desenvolvimento Regional, cobrindo 80% dos recursos e introduzindo projetos de criação de cidades-pólo. Além de Governador Valadares, já contemplada, outras deverão ser selecionadas, no Espírito Santo, Maranhão e Pará, presumivelmente como

pontos de controle das vias de escoamento de mercadorias.

Por sua vez, nas zonas de produção apresentam-se conjuntos urbanos diversificados. O complexo agroindustrial, por exemplo, representa um marco de processos produtivos, nos quais sobressaem o papel dos elementos técnicos do capital e as relações com a indústria. Além disso, um produto como a soja, desencadeou novos nexos de regiões com a economia nacional e internacional. Efeitos multiplicadores sobre setores de apoio à lavoura mecanizada de grãos, sobre o comércio de insumos, serviços de assistência técnica, armazenagem, administração pública e outros, ampliam e modernizam atividades nas cidades. Mas, a organização urbana difere de produto a produto - soja e cítricos, por exemplo, - e igualmente em relação ao mesmo produto - soja no Rio Grande do Sul e nos cerrados do oeste da Bahia. Deve ser também considerada a atuação de universidades em projetos de integração regional, que atendem em muitos casos, a necessidades específicas do complexo agroindustrial, a exemplo das de Ijuí (RS); Campos (RJ) e outras.

O enfoque das articulações referenciadas a contextos urbanos, mobilizados pela exportação, certamente oferece subsídios para a eficácia de políticas públicas e privadas. De criação recente, a Associação Brasileira do Agrobusiness, em São Paulo, sinaliza, igualmente, a formação de novos quadros institucionais e de gestão para o setor.

b) Um outro eixo a considerar como contexto da urbanização refere-se à política de descentralização, consagrada pela Constituição de 1988. É preciso, porém, levar em conta que a interiorização da urbanização, enquanto uma vertente da descentralização, representa um processo que precedeu às formulações daquela carta. Manifestou-se, certamente, no grande crescimento populacional urbano de capitais que balizam, à distância, a fronteira sul-americana; envolvem, também, cidades estrategicamente situadas à retaguarda de frentes pioneiras, no Centro-Oeste e na Amazônia ou no contato com áreas de conflitos pela terra, além de outras tantas situações (Davidovich, 1991).

A ênfase atribuída à descentralização no texto constitucional envolve uma série de questões:

- vale aludir à questão do poder local, que implica, certamente, conceitos e definições, a partir da idéia de que não representa mera resultante da política de descentralização. Cabe, assim, à pesquisa distinguir centros que dispõem de maior autonomia de recursos e de membros atuantes de uma sociedade local, atributos que, entre outros, têm embasado a identificação de estoques locais de poder. Deve, além disso, dar a conhecer os limites reais de sua abrangência espacial, a qual, em certos casos, se restringe às instalações de uma grande empresa e, em outros casos, ultrapola os limites municipais (Davidovich, 1993).

- a questão da *territorialidade* efetiva que centros/municípios apresentam se referencia, igualmente, à municipalização de serviços; redes de distribuição complexa, como a da água, exigem instalações extramunicipais. Coloca-se, assim, mais uma vez em causa a necessidade de pesquisar a organização concreta de centros e de seus municípios, que pode implicar em agregados espaciais e não apenas, em entes isolados. Tal postura se torna relevante para a otimização de planos diretores, que têm sido concebidos de maneira estanque e restrita; vale lembrar a iniciativa da prefeitura de Uberlândia ao propor um âmbito regional para a exequibilidade e eficácia daquelas medidas.

- uma outra consideração diz respeito à propalada falta de vontade política para tornar efetivas diretrizes de descentralização; tal atitude é atribuída à persistência da lógica centralizadora e à sua influência negativa para o avanço de uma federação ágil e indispensável ao grau de complexidade e de diversificação alcançados pela sociedade brasileira. Impõe-se, deste modo, a necessidade da pesquisa dos centros segundo forças político-partidárias e segundo patamares de arrecadação própria, ou seja, segundo a autonomia relativa frente a "*transferências voluntárias*" da União. Trata-se de importante subsídio para a definição de projetos eleitorais que têm vigido e para a discriminação de atribuições das diferentes esferas do poder público, inclusive no tocante ao problema tributário, bem como para a transparência política, capaz

de denunciar práticas clientelistas e corporativistas que têm prevalecido nas relações entre União, estados e municípios;

- vale, por outro lado, considerar iniciativas de baixo custo, que têm sido empreendidas, com êxito, por algumas prefeituras, revelando aspectos positivos da descentralização; sugerem, inclusive, a formação de um banco de dados, em Brasília, visando a armazenar informações dessa natureza, com a finalidade de prestar subsídios às administrações municipais em geral. Multiplicam-se os exemplos: esgotos condominiais na capital federal (DF), gestão de escolas exercida através de cooperativas de professores e funcionários, em Maringá (PR); racionalidade na distribuição espacial de postos de saúde, em Santos (SP); programa de alimentação popular baseada no aproveitamento da soja, em Matão (SP); projeto de despoluição do rio Paraíba do Sul, liderado pela prefeitura de Resende (RJ); remanejamento de fábricas e estímulo a compras intra-estaduais em cidades de Santa Catarina; e assim por diante. Incorpora-se, deste modo, o lema de que "*a necessidade é a mãe da invenção*". É possível considerar que tais iniciativas podem contribuir para a revitalização de cidades tradicionais, que dispõem de certo equipamento urbano, mas que tem se ressentido de estagnação econômica e populacional, além da prevalência de baixos rendimentos. Servem de exemplos Cachoeiro de Itapemirim (ES), Muriaé e Leopoldina (MG), Bom Jesus do Itabapoana (RJ) e outros tantos centros (Davidovich, 1980).

Assumidas como linhas de pesquisa válidas para o contexto urbano vinculado à descentralização, tais colocações devem levar em conta debates que se travam no terreno conceitual. Como exemplificação, vale apontar posturas que defendem a superação de atitudes consideradas formais, embasadas na oposição local/global; o pressuposto de uma independência do "*local*" estaria implicando a preservação de representações conservadoras e pré-estabelecidas, constituídas em barreira à participação e engajamento de novos atores sociais. Mas, vale igualmente conjecturar até que ponto manifestações separatistas que, a exemplo de outras partes do mundo, também têm se manifestado no Brasil, podem ser remetidas à dinâmica da descentralização. A pesquisa vem de impor-se,

assim, como via de elucidação da realidade e de desenvolvimento conceitual.

c) Outros contextos de urbanização podem ser identificados na importância particular assumida pelo turismo e lazer, pelo mundo amazônico e pelo projeto do Mercosul.

Iniciando pelo último, é possível assinalar, desde já, influências sobre diversas cidades, antes mesmo de sua oficialização, que deverá ocorrer em 1995. Vale aludir, assim, aos programas comuns de saneamento, de projetos de energia, de controle hídrico das enchentes do rio Uruguai e outros, que envolvem, principalmente, centros *colados* às fronteiras, em várias unidades da federação. Vale, desde logo, assinalar movimentos que se manifestam, como o do crescimento de *shoppings centers*, de hotéis, de agências bancárias e de serviços em geral, além da multiplicação de representação de firmas e instituições financeiras do Brasil em Buenos Aires, por exemplo.

Apresenta-se, deste modo, uma linha de pesquisa urbana que deve considerar, além de proposições de cooperação, inclusive ambiental, a análise de condições de confronto e de competitividade entre as cidades que se incluem nesse contexto. Veja-se, por exemplo, a posição específica de cidades geminadas que balizam de um lado e de outro as fronteiras entre países, particularmente entre Rio Grande do Sul, Uruguai e Argentina (Schaffer, N., 1993); estes centros, cujo cotidiano envolve constantes trocas e inter-relações, expressam, certamente, a frente primeira de adaptações e de novas atividades urbanas que o projeto do Cone Sul deverá impulsionar, como um tecido de integração espacial e econômica.

Interesses de integração nesse contexto da urbanização tem se manifestado no Rio de Janeiro, cidade e estado; visa-se, por exemplo, a equipar a metrópole como centro financeiro internacional, salientando as vantagens que oferece com a presença de grande número de instituições públicas, com a importância de entidades acadêmicas nas áreas de ciência e tecnologia e com o aparato de comércio exterior de que dispõe. Governo e bancos estaduais promovem as potencialidades locais, apontadas como base de otimização do intercâmbio comercial entre o Mercosul e os gran-

des mercados mundiais. Vale salientar, inclusive, o papel que a constituição de um Comitê Empresarial Permanente do Mercosul deverá desempenhar no desenvolvimento desse contexto da urbanização. A composição do referido comitê reúne representantes da indústria, principalmente paulista, de supermercados e do setor bancário.

Cabe, portanto, à pesquisa investigar interesses econômicos e mecanismos políticos envolvidos na implantação de um bloco de mercado, ao sul do continente, e o rebatimento urbano que implica. Como se sabe, o setor agrícola representa um elemento particular para o projeto em curso de integração territorial. É preciso considerar que, no Brasil a pauta de exportações registra termos positivos em produtos como café, açúcar, cacau e derivados, frutas, frangos e fumo, o que assegura condições benéficas para as respectivas agroindústrias. Já o sul do país enfrenta acirrada concorrência quanto ao trigo, arroz, couros e outras mercadorias produzidas por parceiros do Mercosul.

Os centros urbanos, que vão participar desse contexto, devem certamente, aparelhar-se adequadamente para atender a problemas de natureza distinta. Alude-se, por exemplo, a sistemas de comercialização, associados a tarifas comuns e à legislação antidumping, bem como a políticas tributária e cambial e a outras tantas medidas, que devem ter impactos específicos sobre o espaço urbano e municipal.

Já o programa das Zonas de Processamento de Exportação (ZPE), que foi reativado (Lei 8.396, janeiro 1992), tem sido interpretado como uma política oposta a de integração territorial. Trata-se de "áreas liberadas" para interesses do capital, que envolvem grupos estrangeiros e nacionais, junto a companhias de governo estaduais. As cidades selecionadas somam, por ora, um total de 14; citam-se, como exemplos, Barcarena (PA), Cáceres (MT), Recife (PE), Ilhéus (BA), Natal (RN) e outras. No Estado do Rio de Janeiro, a prefeitura de Itaguaí reivindica o ingresso neste elenco, como uma compensação pela paralisação do projeto do pólo petroquímico que pretendia abrigar.

Por sua vez, o contexto urbano referenciado ao mundo amazônico, diz respeito a uma urbanização acelerada e complexa.

Demograficamente, a Amazônia Legal registra 55% da população residente em cidades e vilas, envolvendo, porém, situações muito diferenciadas. Nos estados do Amapá e do Amazonas, aquele percentual é superior a 70%, expressando processos de elevada concentração nas capitais, *pari passu* à vigência de baixas densidades populacionais rurais. Já no Mato Grosso, valores demográficos urbanos semelhantes referem-se à fronteira moderna, baseada no avanço da soja e em distintas formas de colonização, que tem nas cidades pontos de apoio das atividades agrícolas. No Maranhão e no Pará, o contingente populacional urbano declina, respectivamente para 39% e para 50%, refletindo a situação de fronteira agrícola tradicional, na qual prevalece o pequeno produtor.

Mas é preciso ressaltar que a complexidade do mundo amazônico remete a atividades legais e ilegais, cujas bases de operação se distribuem entre diferentes cidades. Vale, assim, aludir às *company towns*, que se desenvolvem junto a grandes empreendimentos da indústria e de produção de energia; ou aos assentamentos militares orientados para a fronteira internacional e que tem recebido novo alento com o resgate, em curso, do projeto Calha Norte. Vale aludir às grandes aglomerações urbanas, Belém, Manaus e São Luís, e los principais de redes e fluxos de transporte e comunicações e de favelização; por outro lado, cabe menção a cidades que representam, sobretudo, bases de operação para o narcotráfico e o contrabando, configurando *especializações* que comandam a vida urbana local.

Já anteriormente se fez menção aos interesses da exportação na região, que têm um suporte poderoso nas atividades da Companhia Vale do Rio Doce no Pará. A idéia de converter a Amazônia em pólo de exportação tem encontrado apoio no Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal, com vistas a concretizar a emancipação econômica da região. Neste sentido, levantam-se várias expectativas: modificações na estrutura da Zona Franca de Manaus, que até aqui privilegiou a produção para o mercado interno e a importação; difusão de Zonas de Processamento de Exportação ao longo de rios navegáveis, como via de industrialização e de criação de empregos; acordos alfandegários prefe-

renciais para produtos amazônicos de exportação no mercado externo.

Cabe, também, à pesquisa averiguar até que ponto a urbanização acelerada na Amazônia "aquece" essas questões, que seriam alternativas positivas para o combate a atividades ilegais, bem como aquelas referentes à biodiversidade e à exploração de riquezas naturais, ao desenvolvimento sustentável, cuja precisão conceitual se faz necessária, e ao desenvolvimento sustentado, que parece implicar, basicamente, na disponibilidade permanente de capital. Merece igualmente menção a análise do potencial turístico da região, cujo *marketing* tem sido objeto de promoção do governo do estado do Amazonas; veja-se a proliferação de hotéis exóticos em plena selva e o projeto *Eco-City*, que envolve uma cidade flutuante, representando uma face do interesse japonês na região. Com efeito, o financiamento de tal iniciativa, ainda no papel, está na dependência de um *pool* de empresas, entre as quais a poderosa Mitsubishi.

As atividades de turismo, lazer e cultura tendem a constituir um *motor* específico de um contexto da urbanização, representando, indubitavelmente, veio importante para a pesquisa urbana.

Além da inserção da Amazônia, esse contexto abrange diversas partes do território nacional. De imediato, pode-se aludir ao Pantanal Mato-Grossense, à Chapada dos Guimarães e à Chapada Diamantina, ao extenso litoral do país e assim por diante. Além disso, vale salientar a valorização da diferença, a partir de atributos de certas cidades, que são colocados à venda: o Rio de Janeiro, cujas belezas naturais são divulgadas como um *bem público* e um *ativo internacional*, e considerados bases de desenvolvimento regional; Curitiba (PR) apresenta-se como exemplo de urbanismo e de capital ecológica; Salvador (BA) tem disputado o turismo com o Rio de Janeiro, defendendo a aplicação de um programa de qualidade total para o aprimoramento dos recursos municipais, inspirado em modelos do Primeiro Mundo; paralelamente, a inauguração da estrada litorânea entre Bahia e Sergipe, a Linha Verde, que corta um ecossistema até então praticamente intocado, pode resultar não só na ampliação do turismo, como da especulação imobiliária, a despeito da criação da Área de Proteção

Ambiental do Litoral Norte. Também Foz do Iguaçu merece menção, nesse contexto, na medida que associa a presença de Itaipu com atividades de exportação e de pólo turístico (Rolim, C. F., 1991).

O Nordeste, em particular, tem se beneficiado com financiamentos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), do Banco Mundial (BIRD), do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e outras fontes. É preciso considerar o *marketing* que tem impulsionado essas atividades, associando-as a uma nova ética, derivada de progressos na microeletrônica: uma disponibilidade maior de tempo para o lazer e para a cultura opõe-se à ética que privilegia o trabalho excessivo e a supremacia da racionalidade econômica.

Contudo, para certas correntes de interpretação, o turismo, do mesmo modo que a televisão, implica a produção de estereótipos na estrutura de comunicação mundial. A atuação do sistema Galileo é significativa; constituído pela união de companhias aéreas européias e americanas, ele detém a liderança e o controle da oferta automatizada e informatizada de serviços e agências de viagens de todo o mundo, representando uma empresa que se insere na racionalidade do mercado global.

Mas, cabe, também, considerar as oportunidades que se abrem para a expansão do ambiente construído local, envolvendo inversões de capital novo no embelezamento urbano, na melhoria da infra-estrutura em trechos turísticos, e assim por diante, bem como no crescimento de serviços especiais, entre os quais se inclui a oferta de um *pornoturismo* introduzido em pacotes no exterior e dirigidos para o Recife, Fortaleza e outras cidades brasileiras. A influência deletéria da atividade em segmentos infanto-juvenis de baixa renda tem suscitado reações que partem de diversos setores da sociedade.

d) Uma última referência a contextos da urbanização diz respeito a transformações que têm lugar no espaço metropolitano.

Decréscimos relativos de população que as regiões metropolitanas oficiais registram, nas últimas décadas, são correntemente apontados como uma mudança do padrão hegemônico da metrópole no sistema urbano brasileiro.

Mas o que se está procurando salientar são sinalizações de uma nova espacialidade que implica em modificações de estrutura espacial, envolvendo, pelo menos, duas tendências principais:

- a da dissolução da estrutura centro/periferia metropolitana, que indicadores socioeconômicos parecem confirmar (Ribeiro & Lago, 1992): com poucas exceções, Belo Horizonte e Recife, por exemplo, evidenciam-se através da retração da dinâmica de periferação e de uma diferenciação sócioespacial intrametropolitana mais atenuada do que em décadas passadas, dada a difusão da pobreza e também ao deslocamento de segmentos de classe média do centro para municípios periféricos; a região do ABC paulistano pode ser tomada como um exemplo significativo desse movimento, que envolve, inclusive, alteração do tradicional perfil industrial, crescimento do setor serviços, aumento da moradia em apartamentos e conseqüentemente, do adensamento da malha metropolitana.

- a tendência à dissolução de limites entre a região metropolitana e o seu entorno, observação cuja base são as dinâmicas que se processam, primordialmente, em São Paulo e no Rio de Janeiro. Assume-se como hipótese que a nova espacialidade implica, de um lado, em descentralização, apoiada na vigência de determinado grau de autonomia local; mas, de outro lado, admite-se também que a espacialidade em causa pode ser referida a mecanismos de desconcentração, atrelados à difusão espacial de certas operações da indústria ou à terciarização, a partir de decisões tomadas na metrópole ou no exterior. Levantamento promovido pela revista Exame revelou que grande parte das cidades mais atraentes para investimentos se encontra no interior do Estado de São Paulo: Bauru, Campinas, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, Franca, Araraquara e a capital.

A idéia é de que se constitui um conjunto *balanceado* entre a concentração de atividades centralizadoras na metrópole e um tecido urbanizado, dotado de centros especializados, que dispõem de maior ou menor autonomia e de diferentes adensamentos populacionais. É possível considerar que a tendência a essa nova espacialidade tenha respaldo nas possibilidades de absorção de inovações tecnológicas, dando margem

à formação de um tecnoterritório ou de um território tecnourbano (Sanchez, 1993). Com efeito, tal concepção tem certamente representatividade em centros como Campinas, que sobressai com o porte da informática e da microeletrônica; como São José dos Campos, com a importância da aeronáutica; como São Carlos, com os supercondutores e outros mais.

À atuação dominante de militares e estatais no impulso ao desenvolvimento tecnológico no país, sucede atualmente o papel de bancos e governos estaduais e o da iniciativa privada. São significativos os empreendimentos conduzidos por diversas entidades: o Fórum Paulista de Desenvolvimento marcou empenho para a interiorização da indústria no Estado, através de incentivos, prêmios e outras medidas; no Estado do Rio de Janeiro, vale ressaltar a ação do Serviço de Apoio à Pequena e Média Empresa (Sebrae), junto à Associação Comercial do Rio de Janeiro e o Conselho de Desenvolvimento Industrial (Codin), pela recuperação do vale médio do Paraíba do Sul. São forças e atores que, no presente, contam, ainda, com um engajamento maior da universidade para o desenvolvimento tecnológico e para projetos de instituições importantes, como o INPES, o INATEL, o Instituto Politécnico da Universidade de São Paulo e o congênere, de criação recente, em Nova Friburgo (RJ), que visa, inclusive, a atender ao Programa de Incubadoras de Empresas. Cabe, também, mencionar o papel da Companhia Siderúrgica Nacional na formação de técnicos especializados e o da Embratel, que vem de lançar a primeira fase da Rede Nacional de Fibras Óticas, passo importante para o progresso das telecomunicações no país.

A difusão da idéia de Tecnópolis representa, inquestionavelmente, um marco de desenvolvimento para várias unidades da federação. Vejam-se as iniciativas de Florianópolis (SC), Curitiba ou da Universidade Federal do Rio Grande do Sul que se propõe a transformar o próprio estado em uma tecnópolis, com a criação de dez cidades-pólo, envolvendo a iniciativa privada e autoridades.

As metrópoles propriamente ditas tendem à afirmação crescente como centros de serviços avançados, apoiados no setor financeiro, no da informática e no de telecomunicações, que dão margem à formação

de um terciário agigantado; o porte do capital fixo assim investido converte a metrópole numa ecologia particularmente exigente (Santos, M., 1991). A do Rio de Janeiro, por exemplo, tem desenvolvido um *marketing* específico como capital cultural, ecológica e da informação; o projeto do Teleporto visa, precisamente, a atender ao seu desenvolvimento como sede de eventos e de negócios internacionais.

Em síntese, a partir do que foi acima relatado, vale à pesquisa averiguar até que ponto se reelaboram tendências à formação de uma extensa megalópole, agora com apoio do interesse privado, e unida pelo eixo do Paraíba do Sul. Problemas e interesses diversos se apresentam:

- parece suficiente referir, entre outros, a disputa pela água, tornada um bem escasso, em função do confronto entre necessidade de abastecimento urbano e de geração de energia; em São Paulo, capital, a captação de água já alcança a mais de 150 km de distância, comprometendo o fornecimento de cidades nesse percurso.

- vale aludir, também, ao interesse imobiliário que tem se associado ao capital financeiro e ao Estado; ressalta o papel de uma arquitetura orientada para a proteção contra o crime e o assédio da pobreza que suscita a expansão de empregos de vigilância e de segurança, além da fabricação e uso de grades e de cercas, ou de sofisticados aparatos tecnológicos. Reedita-se, deste modo, a idéia de *militarização da vida urbana*, que tem vigorado em cidades do Primeiro Mundo.

- por sua vez, interesses vinculados à questão ambiental contribuem para a expansão de negócios, que se referenciam a filtros para a indústria, a novos tipos de combustível, a reciclagens de materiais, à compostagem de lixo, atividades que começam a proliferar no quadro urbano das maiores cidades.

Mas, a par de tendências da urbanização, que podem ser remetidas a processos identificados na globalização, outras mediações de matriz internacional rebatem no espaço metropolitano, contribuindo para convertê-lo num laboratório de novas práticas políticas e culturais e de novas relações de poder.

Alude-se, em particular, a movimentos específicos que se tornam *abrasileirados*, assumindo, frequentemente, característi-

cas e proporções inauditas. Veja-se a multiplicação de organizações não-governamentais (as ONGs) que têm mobilizado diversas campanhas de cunho político e social no país, representando, em grande parte, extensões de entidades sediadas no exterior e contando com o recurso de moedas fortes. Veja-se, por outro lado, o movimento *funk* no Rio de Janeiro, considerado uma das maiores mobilizações de massa ocorridas no país, nos últimos anos, e fenômeno inédito em escala mundial. Mais de um milhão e meio de jovens, a maioria negra e de baixa renda, cujo território são favelas, inclusive da zona sul, e trechos da Baixada Fluminense. Veja-se, também, a proliferação de seitas pentecostais que, somente no Grande Rio, somam quatro mil instituições, com mais de cinquenta denominações e que absorvem cinemas e clubes, transformados em igrejas. Junto a outros grupos, como os da Renovação Carismática, da umbanda, dos espíritas, etc, essas seitas são expressão viva de mudanças que têm lugar no maior país católico do mundo.

Necessidade de diversão e de sociabilidade emergem como reivindicações que *organizam* a pobreza e como afirmação de uma identidade social, em confronto ou em imitação, com o estilo de vida de classes médias, algumas das quais atraídas para as manifestações do *funk*. Ensaiam-se, assim, novos padrões de comportamento, que se manifestam na linguagem, na moda e no vestuário, nos bailes e rixas, nos cânticos e na comunhão das igrejas. Junto às favelas mais sedimentadas, elabora-se, deste modo, um mundo particular, cujas articulações com o resto da cidade são, principalmente, aquelas ligadas ao mercado de trabalho. No Rio de Janeiro, o centro da cidade reúne mais de 40% dos empregos. Esse mundo particular é perpassado pela televisão, mas mantém valores e códigos próprios, de natureza ética e estética.

Neste *laboratório*, proliferam poderes paralelos: alude-se, particularmente, aos esquadrões da morte, à máfia do ferro-velho e da camelotagem que, articulada a organizações importantes, transaciona com o contrabando. As lutas entre camelôs e polícia marcaram as ruas de São Paulo e de Campinas como uma verdadeira batalha campal.

Mas, nada se compara ao poder dos "comandos": o Segundo, o Terceiro, o Azul (cujas marcas registradas serão, para sempre, Carandiru, Candelária, Vigário Geral) e, principalmente, o Comando Vermelho. Este último detém grandes recursos financeiros e políticos, tendo evoluído como um próspero braço do cartel de Medellín. Vale lembrar os conflitos entre facções pelo domínio da droga e pelo controle de territórios da cidade, tornando impotente a reação da autoridade constituída. Como se sabe, a construção da Linha Vermelha, no Rio de Janeiro, envolveu negociações da firma de engenharia e do governo estadual com representantes da favela da Maré e do Comando Vermelho. O crime organizado se infiltra em associações de moradores e em "fóruns" políticos, aliciando jovens dos movimentos *funk* e pentecostal, que ingressam, assim, na guerra do narcotráfico.

O arrastão que fulminou um domingo de sol numa praia da zona sul do Rio de Janeiro, foi apenas a ponta do *iceberg* da violência urbana organizada, violência essa que está sendo internalizada pela sociedade brasileira.

As linhas de pesquisa, de caráter eminentemente exploratório, expostas nesse texto, suscitam, de certo, uma série de questões, que colocam em pauta a articulação do processo urbano do país com a organização do território. O trecho final, que se segue, visa a levantar algumas dessas questões.

OBSERVAÇÕES FINAIS

Uma observação pode ser referenciada à virtualidade que a concepção de diferentes contextos da urbanização detém para a investigação de novos atores e de novas atividades, bem como a de eliminação ou declínio de outras, ou seja, de variáveis capazes de expressar mudanças que se operam no processo urbano do país.

Outras observações remetem a implicações espaciais/territoriais dos diferentes contextos da urbanização.

É possível imaginar que a concretização efetiva dessas tendências deve acarretar

novas descontinuidades no território nacional. Descontinuidades essas que podem, desde logo, ser inferidas por determinados projetos e políticas em jogo. Alude-se, por exemplo, às propostas de desenvolvimento tecnológico e de integração regional em nível de estados-membro, como são as de formação de tecnópolis, que pretendem inclusive alcançar autonomia de articulação com circuitos internacionais de finanças, economia e informação. Estabelece-se, deste modo, nítida clivagem em relação a unidades da federação que não dispõem da possibilidade de desenvolver os mesmos recursos.

Descontinuidades territoriais específicas devem ser também referenciadas a contextos da urbanização que implicam desenhos espaciais diferenciados do resto do território. Alude-se, por exemplo, ao desenvolvimento da estrutura de megalópole (São Paulo - Rio de Janeiro), que seria a representação espacial, por excelência, do período do pós-fordismo (Lipietz, 1993); alude-se, também, ao contexto mobilizado pela exportação, capaz de elaborar uma conformação urbana e territorial possivelmente limitada às margens dos eixos de escoamento da produção.

As descontinuidades no território nacional, assim produzidas, devem caracterizar-se, também, pelas disputas acirradas em torno de investimentos e de recursos reconhecidamente escassos (e mal administrados) que, certamente, irão privilegiar áreas cujos bens são mais valorizados no mercado externo.

É possível afirmar que tal processo deve acentuar condições de instabilidade no espaço urbano do país. Instabilidade à qual se somam outros fatores. Vale, assim, apontar os entraves enfrentados pela exportação, tais como medidas protecionistas, agora mais sutis, adotadas por grandes blocos capitalistas: barreiras não tarifárias, exclusão do Brasil de vários acordos preferenciais, o *selo verde* para produtos importados, em nome da ecologia, e assim por diante. Por sua vez, durante muito tempo, tem-se mostrado inoperante a discussão em torno do Acordo Geral de Tarifas e Comércio e da Rodada Uruguaí, no tocante à efetivação da política de livre comércio, basicamente, em função do conflito de inte-

resses entre os Estados Unidos, França e Japão.²

Aliás, não é demais lembrar os problemas que representam a crescente concorrência internacional de produtos de grãos, bem como a auto-suficiência alcançada por países asiáticos, nesse particular. Acrescentam-se, ainda, as dificuldades que o Brasil enfrenta na regulamentação da modernização do aparelho exportador, a despeito da consolidação em curso da lei dos portos (n. 8.630), que se abre para a livre concorrência. Com efeito, a agilidade já comprovada em vários portos do país, como em Santa Catarina, representa ganhos inquestionáveis de preço e qualidade de serviço, em cotejo com os portos públicos de Santos, Rio Grande e Paranaguá. Mas é preciso ressaltar, também o clima de incerteza vigente quanto às vendas externas que, em 1993, foram suplantadas pelo movimento de importação. Compreende-se, deste modo, que no Brasil as exportações perfazem, apenas, 10% do PIB, quando na América Latina a taxa média tem sido de 15%. Tais contingências devem rebater na organização urbana e territorial do contexto da exportação.

Vale, igualmente, aludir à instabilidade que decorre das negociações em torno do Mercosul. Parece suficiente assinalar a problemática que advém de "diferenças estruturais na base econômica e no tecido social" (Lavinhas, L. 1993) entre os parceiros e que, afinal, também se colocam na discussão do NAFTA norte-americano. A situação inflacionária do Brasil representa, além do mais, obstáculo para uma integração regional efetiva e para acordos comerciais estáveis. Não se descarta, também, o apelo que o Acordo de Livre Comércio da América do Norte exerce sobre membros do Mercosul, (Chile e Argentina), principalmente, representando mais um elemento de desestabilização para uma pretendida solidariedade supranacional.

Condições de instabilidade revelam-se, ainda, em outros aspectos. Pode-se indicar as que são produzidas pela grande firma multilocacional no espaço urbano do país; interesses da produção ou do mercado, imediatos ou futuros, têm resultado no abandono de cidades como base de opera-

ções, implicando, por vezes, no declínio de várias atividades urbanas, e na instalação sucessiva em outros centros, como mostrou Corrêa em seu estudo sobre a Companhia Souza Cruz (1992). É possível, ainda, aludir à instabilidade que deriva de descon continuidades na gestão e administração urbanas (Smolka, M. 1993); influem, nesse particular, a política de juros e de rolagem das dívidas, que interfere, decisivamente, nos cronogramas de obras públicas; as políticas salariais, que introduzem alteração brusca no mercado imobiliário; a corrosão inflacionária, que gera efeitos perversos nas tarifas dos serviços principais.

Reafirmando o nexo entre processo urbano e organização do território, esposado nesse texto, levanta-se como questionamento até que ponto espaço nacional e população, aliados daqueles contextos da urbanização, ficarão à mercê de um Estado político e financeiramente debilitado, o que faz pensar naquela imagem do Brasil dos "*grotões e dos burgos podres*" de que falava Tancredo Neves.

Do que foi até aqui exposto, parece importante considerar que, como expressão de tendências da urbanização, os contextos urbanos apresentados podem implicar, pelo menos, duas alternativas:

a) a marginalização do mercado interno, a partir do suposto de que recursos prioritários deverão ser carreados para áreas privilegiadas, em detrimento de outras; tal perspectiva poderá resultar numa estrutura espacial defasada, contrária à dinâmica atual de formação de grandes blocos capitalistas, envolvidos em agudas contradições, mas empenhados no esforço de integração entre seus países membro. Significa dizer que a concretização de tais descon continuidades territoriais, junto à fragilização da representatividade como Estado Nacional, contribuem para a perda do poder de barganha do Brasil na economia-mundo capitalista.

b) Uma outra alternativa acena para a efetiva integração do território, não mais como base de legitimação de um Estado autoritário, mas como patrimônio de uma Nação. Torna-se possível pensar em contextos urbanos não excludentes do abastecimento interno e do desenvolvimento re-

² O trabalho já havia sido entregue para publicação, quando foi firmado o acordo sobre a rodada Uruguai e o livre comércio. De qualquer modo vale a especulação sobre as reais perspectivas do Brasil, pelo menos a curto e médio prazos.

gional. Cabe citar, desde logo, o exemplo do Estado do Mato Grosso do Sul que se propõe a superar o *estigma* de mero corredor de exportação, estabelecendo programas de incentivos à industrialização (Programa Terra Viva), particularmente a da agroindústria, e ao turismo ecológico, com a primeira estrada-parque do país. Houve, anteriormente, menção a iniciativas da Companhia Vale do Rio Doce, no estado de Minas Gerais, com objetivos precípuos de desenvolvimento regional e comunitário.

Cabe, ainda, salientar a multiplicidade de formas de urbanização, que tem caracterizado o processo brasileiro, e que pode sugerir vias não-monolíticas e não-lineares para aquelas diretrizes. Torna-se possível, deste modo, pensar em diferentes organizações urbanas como base do desenvolvimento regional: redes de localidades centrais em áreas de economia predominantemente agrícola; consórcios e complementaridades entre cidades em outras partes do território; gestão com parcerias para determinadas atividades; soluções de escala para certos serviços comuns e, assim, por diante. Pensa-se, também, que a cidade pode sustentar indústrias de baixa capitalização e de custos menores, como já vem ocorrendo no país. Trata-se, de um lado, da pequena empresa, dotada de tecnologia avançada, principalmente em São Paulo, que tem se orientado para ocupar nichos no mercado internacional. O sistema Virtuous, por exemplo, que diz respeito à informatização de estoques, foi contratado pelo Pentágono, nos Estados Unidos; outros empreendimentos têm atraído o interesse do mercado japonês e latino-americano. Mas, trata-se, igualmente, da pequena e da microempresa, de caráter quase artesanal, que tem recebido estímulo e suporte de uma entidade como o Sebrae, cujo

centro de operações, no Estado do Rio de Janeiro, se sedia na cidade de Itaperuna.

Importa, por fim, ressaltar o papel que a cidade pode desempenhar como foco de pressões para o uso mais democrático do território, que implica, também, o uso mais democrático da informação, da ciência e da tecnologia, adaptado aos atributos de cada lugar. Não parece demais assinalar a posição que aglomerados urbanos têm assumido em amplos movimentos de solidariedade e em mobilizações de massa, que tendem a representar novas formas de equacionamento de grandes problemas sociais, substituindo ações governamentais, nem sempre expeditas.

Tais colocações fazem pensar, também, no papel que cabe ao Estado assumir. Vale apontar o exemplo de economias regionais ou de novos contextos que se desenvolvem no Japão, na Bélgica, na Itália. Defendendo interesses próprios, e embasados na eliminação de entraves burocráticos centralizados, na especialização competente, num certo montante de população, na troca de serviços e bens, de informação, tecnologia e capitais com complexos congêneres, essas *regiões* tem revigorado a ação do Estado Nacional, investido de funções e de atributos, de caráter eminentemente público. Elaboram-se, assim, *mapas mercadológicos*, que se tornam indispensáveis como guias de negócios, superando em importância a informação divulgada por atlas políticos.

A experiência internacional abre, portanto, novas perspectivas para a estruturação de um projeto nacional para o Brasil, envolvendo o resgate do Estado como um ente público e não privatizado, apto a coordenar e a regulamentar diferenças territoriais, sem descartar a política de integração do território em novas bases de legitimação.

BIBLIOGRAFIA

- BECKER, B. K. e EGLER, C. A. G. *Brasil, uma nova potência regional na economia-mundo*. Bertrand Brasil S. A. Rio de Janeiro, 1993, p. 267.
- CORRÊA, R. L. de Azevedo. *Corporação e organização espacial: um estudo de caso*. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro IBGE, v. 53 (3), p.33-66 jul./set. 1991.
- DAVIDOVICH, F. *Uma análise geográfica da urbanização brasileira: serviços de infra-estrutura nos principais centros urbanos do país*. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, IBGE, v. 42 (3), p. 435-477, jul. /set. 1980.
- _____. Redutos de classe média, uma tendência da urbanização brasileira. In: IV ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR. Salvador, maio, p.291-299, 1991,

- _____. *Brasil Metropolitano e Brasil Urbano não Metropolitano, algumas questões*. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro, IBGE, v. 53 (2), p. 127-133, abr./jun. 1991.
- _____. *Poder Local e Município, algumas considerações*. Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro, FGV, v. 27, p. 5-14. jan./mar.1993.
- _____. *Uma reflexão a respeito do projeto Megacidades*. In FIM DE SÉCULO E GLOBALIZAÇÃO. O Novo Mapa do Mundo, organizado por M. Santos et al. São Paulo, Hucitec - ANPUR, 1993, p. 310 - 318.
- GEIGER, P. P. *Encontro Internacional: O Novo Mapa do Mundo. Comunicação verbal*. ANPUR/USP. São Paulo, set. 1992.
- IPEA. *O mapa da fome: Subsídios à formação de uma política de segurança alimentar. Coordenado por Ana Maria Peliano*. Rio de Janeiro, março 1993. Documento de Política, 14.
- _____. *O mapa da fome II*. Informações sobre a indigência por município da federação Coordenado por Ana Maria Peliano. Rio de Janeiro, maio 1993. Documento de Política, 15.
- JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro, Notas das edições de: 8/out./1992, 14/nov./1992, 20/dez./1992, 14/nov./1993.
- LAVINAS, L. *Integração econômica e reestruturação espacial*. Cadernos IPPUR/UFRJ, vol. VII. n. 1, Rio de Janeiro, abr. 1993 p. 63 - 72.
- LIPIETZ, A. *As conformações regionais e urbanas nos modelos do pós-fordismo*. Palestra proferida no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Rio de Janeiro, UFRJ. 06/dez./93.
- MAGALHÃES, J. P. de Almeida. *Riscos da abertura econômica*. Jornal do Brasil. 18 ago. 1992.
- MOREIRA ALVES, M. *O banco da simplicidade*. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro 14 out. 1992.
- OLIVEIRA, C. T. de. *Exportação: carta aberta ao presidente Itamar*. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro. 18 nov. 1993.
- _____. *A lei dos portos pegou*. O Globo. Rio de Janeiro. 16 dez. 1993.
- OLIVEIRA, F. de. *A economia política da social democracia*. Revista USP (CCS), n. 17, mar./maio. 1993, São Paulo, p. 136-143.
- O GLOBO. Rio de Janeiro *Notas das edições de: 07/nov./1993, 11/nov./1993, 25/nov./1993*.
- RIBEIRO, L. C. de Queiroz e LAGO, L. *Dinâmica metropolitana e novos padrões de desigualdade social*. Itamonte (MG), Fase/ IPPUR. out. 1993, p. 28.(mimeo).
- ROLIM, C. F. *Foz do Iguaçu: ensaio sobre a formação de um centro turístico e exportador*. In: IV ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, Anais, maio 1991, p.175/184.
- SANCHEZ, J. E. *Metropolização e modernidade*. In: FIM DO SÉCULO E GLOBALIZAÇÃO. O Novo Mapa do Mundo. Organizado por M. Santos et al. São Paulo HUCITEC - ANPUR, 1993, p. 293 303.
- SANTOS, M. *Meio técnico-científico e urbanização, tendências e perspectivas*. Revista Resgate, n. 3, 1991.
- _____. *Involução metropolitana e economia segmentada: o caso de São Paulo*. Seminário Metropolização e Rede Urbana, perspectiva dos anos 90. Organizado por A.C.T. Ribeiro e D. P. Machado Rio de Janeiro, IPPUR (UFRJ), 1991, p. 12 - 46.
- _____. *Os espaços da globalização*. Comunicação ao Colóquio da Rede sobre a Análise do Sistema Mundo e da Economia Mundial. Paris, fev. 1992 p. 14 (mimeo).
- SASSEN, S. *A Cidade Global*. In: REESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO URBANO E REGIONAL NO BRASIL. Org. por L. Lavinas et al. São Paulo, ANPUR, Hucitec, 1993 p. 187-205.
- SCHAFFER, N. O. *Urbanização na fronteira*. Porto Alegre, UFRGS Prefeitura Municipal de Santana do Livramento. 1993 p. 142.

SMOLKA, M. O. *Mobilidade intra-urbana no Rio de Janeiro: da estratificação social à segregação residencial no espaço*. Rio de Janeiro, IPPUR/UFRJ, ago. 1992. p. 19.(mimeo).

_____. Políticas urbanas, população e meio ambiente, Rio de Janeiro, IPPUR/UFRJ. 1992. p. 33.(mimeo).

SUBIRATS, E. *Vanguarda, mídia, metrópoles*. São Paulo, Studio Nobel.1993, p. 88.

RESUMO

O artigo levanta hipótese a respeito de novas tendências da urbanização no Brasil, a partir da inserção do País no processo contemporâneo de uma economia globalizada. Tal inserção enfrenta, porém, condições certamente adversas, tanto internas (pobreza, desemprego, crise de governabilidade), como externas (escassez de capital).

O eixo do trabalho reside na identificação de diferentes contextos da urbanização, que tendem a desenhar novas conformações no espaço urbano. Indicações de pesquisa, apoiadas em bases empíricas, privilegiaram certos "cortes" em nível nacional: os contextos acionados pelas políticas de exportação e de descentralização, os movidos pelos projetos do Mercosul e do turismo e lazer, o complexo amazônico e o das transformações do espaço metropolitano.

Entre os problemas que podem advir dessas tendências da urbanização, sobressaem: a acentuação de descontinuidades no desenvolvimento regional ou territorial e da disputa entre áreas e cidades em torno de recursos escassos; o aumento de condições de instabilidade, que decorre desde questões do comércio mundial a obstáculos para gestão e administração urbanas. Como alternativas apontam-se a possibilidade de marginalização do mercado interno e suas conseqüências negativas para o poder do Estado Nacional; ou a de integração efetiva do território, como um patrimônio da Nação, a cidade constituída em foco de pressões democráticas e de justiça social.

ABSTRACT

The present paper points out some hypothesis in respect of new trends in Brazil's urbanization, starting from the insertion of the Country in the contemporaneous process of a globalized economy. Although such an insertion certainly face adverse conditions, both internal (poverty, unemployment, governing crisis) and external (restriction to science and technology access, decline of external investment, lack of capital).

The work's axis lies upon the identification of different contexts within urbanization, which tend to draw new forms in urban space. Research indications supported on empirical basis have privileged certain "stretches" at national level: contexts put in action by exporting and decentralizing policies, or moved by Mercosul Projects and leisure and tourism, the one of the Amazon complex as well as the one relating to metropolitan space transformation.

Among the problems that may come out from such trends in urbanizations, it stands out following: increasing discontinuity in regional or territory development as well as in the struggle for scarce resources between areas and cities; increasing instability conditions, which derives since world trade questions to obstacles to urban management/administration. It comes out as alternatives the possibility of internal market marginalization and its negative consequences on National State's power; or effective territory integration, as a Nation's patrimony, the city constituted into a focus of democracy and social justice pressures.